

STM SUPERIOR
TRIBUNAL
MILITAR
DIDOC/COGES/LEGIS

Publicado no BJM nº 49,
de 13/12/2024



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 806

Institui

o Plano de Comunicação Social da Justiça Militar da União (PCS/JMU) para o período de 2024 a 2026.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do art. 6º do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 85, de 8 de Setembro de 2009, que dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução do Superior Tribunal Militar nº 289, de 10 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (PE-JMU) para o período 2021-2026;

CONSIDERANDO a Resolução do Superior Tribunal Militar nº 315, de 10 de agosto de 2022, que dispõe sobre a Política de Comunicação Social da Justiça Militar da União;

CONSIDERANDO o Ato Normativo do Superior Tribunal Militar nº 446, de 16 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Indicadores e Metas Estratégicas (PIME) da Justiça Militar da União para o sexênio 2021-2026; e

CONSIDERANDO a necessidade de planejar a execução das atividades de comunicação social na Justiça Militar da União,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação Social da JMU (PCS/JMU) para o período 2024 a 2026, na forma do anexo único deste ato normativo.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro-Presidente.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data da sua publicação.

Ten Brig Ar **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO**

Ministro-Presidente

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º do Ato Normativo nº 806/2024)

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

Este Ato Normativo orientará o planejamento e a execução de atividades e definirá temas e ações de Comunicação Social para o Superior Tribunal Militar (STM), por meio da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) e das Auditorias da Justiça Militar da União.

A comunicação social está presente nas atividades realizadas pela Justiça Militar da União. Por isso, os integrantes da JMU devem lembrar que qualquer ação, pronunciamento, postagem em redes sociais, disseminação de imagem,

conversas em aplicativos de mensagens, acesso às informações e aos serviços prestados à população poderão impactar a imagem da Instituição, positiva ou negativamente.

É preciso compreender que ações de comunicação social, em pouco tempo, podem repercutir globalmente. Dessa forma, é essencial que os integrantes da JMU atuem como agentes de Comunicação Social, contribuindo para fortalecer e preservar a imagem institucional.

Por suas características e particularidades, a JMU é pouco conhecida pela sociedade brasileira e, por isso, os objetivos da comunicação social para o público externo são: tornar a JMU mais conhecida e fortalecer a imagem da Justiça Castrense como justiça especializada atuante e célere em suas atividades judicantes.

Para o público interno, os objetivos da comunicação, prioritariamente, focarão na valorização do servidor e na difusão tempestiva de informações precisas e úteis.

PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA JMU

As atividades de Comunicação Social na JMU serão conduzidas principalmente pela Assessoria de Comunicação Social do STM, cabendo à ENAJUM e às Auditorias Militares parcela desse trabalho. A ASCOM conduzirá as atividades de relações públicas, relação com a imprensa, de produção e de divulgação institucional da Justiça Militar da União, balizando as suas ações de acordo com os seguintes princípios:

1. Responder aos questionamentos da imprensa, levando em consideração que a resposta atingirá diversos setores da população brasileira;
2. Privilegiar a divulgação da atividade-fim da JMU, a promoção da justiça e os julgamentos realizados pela Justiça Militar da União;
3. Atuar para manter a credibilidade e a confiança na Instituição perante a sociedade e as autoridades dos Três Poderes; e
4. Divulgar assuntos de interesse da JMU, sejam eles relativos a ações internas à Instituição, sejam provenientes de outros órgãos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As ações devem alinhar-se com os objetivos estratégicos listados no Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (PE-JMU) para:

1. Fortalecer a imagem institucional, mostrando o relevante papel da JMU e de sua participação na promoção da justiça, inclusive, com o aprimoramento das relações com demais instituições do Estado;
2. Aumentar a eficiência e a eficácia da comunicação interna e externa, direcionando ações pontuais para o aprimoramento das políticas, das normas e das rotinas, dos procedimentos e das ferramentas dedicadas à efetiva comunicação institucional com o público interno e com a sociedade;
3. Fortalecer a gestão da sustentabilidade e acessibilidade, criando ações que alertem e orientem sobre a importância da responsabilidade socioambiental, adotando ferramentas que atendam às melhores práticas na área da acessibilidade digital, em alinhamento com normas legais e com as orientações provenientes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar da União (CGPLS/JMU) e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Militar da União (CPAI/JMU);
4. Ampliar as práticas e os mecanismos de transparência institucional para facilitar o acesso às informações, atender aos princípios que regem as transparências ativa e passiva e às determinações dos órgãos de fiscalização e controle; e
5. Monitorar e esforçar-se para alcançar as metas previstas no Plano de Indicadores e Metas Estratégicas (PIME) da JMU, para o sexênio 2021-2026, e para atingir os índices impostos na Meta Específica nº 2 do CNJ, que prevê a "Divulgação da Justiça Militar".

TEMAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Temas de maior relevância para conhecimento do público podem ser apresentados em diversas oportunidades, como: entrevistas, palestras, apresentações. São eles:

1. Histórico da JMU;
2. Valores da JMU: ética, imparcialidade, acessibilidade, modernidade, celeridade, responsabilidade social e ambiental, probidade e transparência;
3. Organização e atribuições do STM e das Auditorias;

4. Atribuições da ENAJUM;
5. Julgamentos que tiveram repercussão local, regional ou nacional;
6. Valorização do trabalho realizado por integrantes da JMU;
7. Divulgação e cumprimento das metas do Poder Judiciário; e
8. Assuntos julgados úteis, peculiares a cada região.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Algumas ações ficarão sob a responsabilidade da ASCOM. Destacam-se as seguintes:

1. Propor ao Ministério da Defesa a realização de visitas pelas Organizações Militares às Auditorias e ao STM, e a realização de palestras por magistrados nas Organizações Militares;
2. Sugerir ao Ministério da Defesa, ainda, a realização de “Jornadas Jurídicas” nos estabelecimentos de ensino, de formação e aperfeiçoamento das Organizações Militares;
3. Elaborar calendário de datas comemorativas e representativas para a JMU que possam gerar matérias no portal e nas mídias sociais do STM;
4. Aproximar-se dos veículos de comunicação de abrangência regional e nacional e especializados na área jurídica;
5. Buscar espaço na imprensa para divulgação da JMU;
6. Fortalecer a identidade visual da JMU, com a correta utilização do Manual de Identidade Visual, conforme Resolução nº 310, de 18 de maio de 2022;
7. Elaborar novos vídeos institucionais do STM e das auditorias;
8. Utilizar os portais (internet e intranet) e as mídias sociais para a divulgação de informações, notícias, entrevistas e campanhas de interesse da JMU;
9. Produzir matérias jornalísticas e interprogramas para divulgação na Rádio e TV Justiça, em linguagem simples, conforme Recomendação do CNJ nº 144, de 25 de agosto de 2023, que recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e nos atos que editem;
10. Ampliar a divulgação da JMU nas emissoras de rádio das Forças Armadas e outras, de alcance local e nacional, tanto AM quanto FM;
11. Elaborar plano de entrevistas para divulgação por meio de *podcasts*; e
12. Estabelecer calendário de campanhas mensais voltadas à conscientização e à divulgação de questões de relevância social, tais como: Setembro amarelo, ligado à prevenção do suicídio; Outubro rosa, relacionado à prevenção do câncer de mama.

AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A participação das Auditorias Militares é essencial para que a comunicação social contribua significativamente para alcançar os objetivos estratégicos desta Corte, por meio das seguintes ações:

1. Realizar solenidades, com a presença de autoridades dos Três Poderes de suas respectivas áreas de jurisdição, em datas comemorativas ligadas à JMU;
2. Aproximar-se dos veículos de comunicação locais e regionais;
3. Elaborar plano de visitas às Organizações Militares localizadas em suas respectivas áreas de jurisdição, promovendo apresentações que tratem das atribuições da JMU e dos crimes militares de maior incidência;
4. Promover a realização de simpósios regionais com a participação de veículos de comunicação, estudantes universitários e outros segmentos de interesse;
5. Desenvolver projeto que incentive a visita de escolas de ensino médio e universidades às Auditorias;
6. Organizar plano de visitas a autoridades dos Três Poderes em suas respectivas áreas de jurisdição;
7. Implementar, em suas respectivas áreas de jurisdição, o projeto “Abril - Mês da JMU”, com eventos que marquem o mês de aniversário da JMU; e
8. Informar à ASCOM as atividades de comunicação social realizadas e os julgamentos com maior repercussão para divulgação de forma mais ampla.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (ENAJUM)

A ENAJUM desempenha um papel importante na divulgação da JMU, podendo desenvolver as seguintes ações:

1. Realizar simpósios, seminários, *webinários* nacionais e internacionais, que tenham a Justiça Militar como tema principal;
2. Criar plano de visitas e estabelecer medidas de aproximação com outras escolas do Poder Judiciário, do setor público e com instituições de ensino superior;
3. Implementar o projeto “Abril - Mês da JMU”, realizando eventos que marquem o mês de aniversário da JMU; e
4. Informar à ASCOM as atividades de comunicação social realizadas, para que possam ser amplamente divulgadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A ENAJUM e as Auditorias poderão solicitar à Secretaria-Geral da Presidência do STM (SEPRE) a presença e o assessoramento da ASCOM nas atividades ligadas à comunicação social;
2. As demandas dirigidas à ASCOM devem ser realizadas, preferencialmente, via Secretaria-Geral da Presidência (SEPRE);
3. Os setores da JMU devem focar no cumprimento da Matriz de Responsabilidades dos portais do STM e em manter atualizadas as divulgações na área de transparência e prestação de contas, em respeito ao princípio da pontualidade;
4. O Ministro-Presidente do STM poderá valer-se das visitas de inspeção às Auditorias, ou da sua presença em qualquer outra cidade, para a participação em entrevistas, solenidades, eventos acadêmicos e visitas institucionais a autoridades dos Três Poderes;
5. Caberá à ASCOM gerenciar o Plano de Comunicação Complementar Interna da JMU (PCCI/JMU) e o conteúdo exibido no Sistema de Informação Digital instalado no prédio sede do STM;
6. A ASCOM representará a JMU no Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS); e
7. Ao final do período de vigência, este Plano deverá ser revisado e atualizado.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 09/12/2024, às 19:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4080686** e o código CRC **DA668ED4**.